

## MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA NA REGIÃO VALE DO ACARAÚ

Maria Antonia Veiga Adrião<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar uma pesquisa que realizei no decorrer do mês março de 2019 objetivando refletir a respeito das condições estruturais que o Curso de Licenciatura em História (criado em 1961) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) (instituição situada na Cidade de Sobral-CE., região Noroeste do Estado) teria para realizar a “adesão” ao Mestrado Profissional em Ensino de História edital 2019, o qual tem como instituição líder a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como suporte teórico foi importante observar a legislação educacional vigente e as reflexões de autores como Oliveira e Candau (2010); YOUNG (2007); BOURDIEU (2000). Concluiu-se que o Curso de História possui condições estruturais para manter-se no curso de mestrado profissional em ensino de história considerando o aporte financeiro que receberia do programa o qual garante bolsas para uma parte dos estudantes, bem como atenderia a uma demanda relacionada com docentes egressos do próprio curso e de outras instituições que atuam no ensino de história na região à qual a IES abrange e que precisam de educação continuada, e por outro lado, essa possibilidade reverberaria de forma positiva na educação básica pública, sobretudo, que seria contemplada com as reflexões e produções dos docentes candidatos.

**Palavras-chaves:** Educação Continuada. Formação Profissional. Ensino de História.

### INTRODUÇÃO

O curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) foi criado em 1961 compondo a Faculdade de Filosofia Dom José Tupinambá da Frota<sup>2</sup> sob a direção da Diocese de Sobral, para atender a uma demanda por profissionais qualificados para a então região Norte cearense que abrangia 54 municípios contidos em três “microrregiões fisiográficas”<sup>3</sup> (Litoral, Sertão Norte Cearense e Ibiapaba). Essa demanda ampliou-se consideravelmente, pois esta região atualmente compreende duas mesorregiões: as Noroeste e Norte, que por sua vez compõem-se de quinze microrregiões homogêneas<sup>4</sup>, onde se situam 83

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. [mavaadri@hotmail.com](mailto:mavaadri@hotmail.com)

<sup>2</sup> Obteve autorização para funcionamento através do Parecer CNE 572/60 e pelo Decreto n. 49.878 de 11 de janeiro de 1961 (DOU de 17/01/61). O reconhecimento como Licenciatura Plena realizou-se através do Parecer CFE 324/71 (DOC.126, p. 185), Decreto 68.855 de 02 de julho de 1971 (DOU de 06/07/71). A faculdade compunha dois cursos História e Letras Português.

<sup>3</sup> Conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o recenseamento demográfico de 1970.

<sup>4</sup> Microrregiões homogêneas substituiu as microrregiões fisiográficas. O IBGE utiliza o conceito desde o Censo Demográfico de 1970 justificado pela composição do ecossistema da caatinga observada em cada subárea e pelas formas de exploração econômica que as identificavam etc. Conquanto, algumas microrregiões ora citadas com suas populações conforme o recenseamento de 2010, compreendem apenas dois municípios: Canindé 124.695; Coreaú 55.898; Ibiapaba 295.210; Ipu 137.423; Itapipoca 206.719; Litoral de Camocim e Acaraú 360.892; Meruoca 24.464; Santa Quitéria 72.040; Sobral 380.844; Uruburetama 101.325; Baixo Curu 105.567; Médio Curu 84.702; Baturité 186.943; Chorozinho 62.495; Cascavel 134.136.

municípios. Segundo números do Censo de 2010 suas populações totalizam: 2.333.353 pessoas.<sup>5</sup>

O curso funciona exclusivamente no regime regular de aulas, turno noturno, e constitui o Centro de Ciências Humanas juntamente com os cursos de Geografia e de Ciências Sociais, os quais oferecem graduação e pós-graduação, mestrado acadêmico e profissional respectivamente, todos nas dependências do Campus III da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no bairro do Junco, na cidade de Sobral-CE.

É importante destacar que, o município de Sobral no qual essa IES está situada, em dados do Censo de 2010 destaca-se por possuir uma população escolar de 97,9% de estudantes entre 6 e 14 anos, e emprega um contingente de 1.625 docentes nos ensinamentos fundamental e médio.<sup>6</sup> Possui uma das maiores populações desse território e a maior economia do interior do Estado depois da zona metropolitana de Fortaleza, e dessa maneira lidera uma microrregião homônima. Sua população está estimada, portanto, em 206.644 pessoas, e seu Produto Interno Bruto (PIB) 4.126.208,24 o quarto maior do Ceará.

Portanto, esse município oferece condições de empregabilidade crescente no setor educacional e não apenas na escola básica pública. Comporta na área de educação superior além da UVA com seus 9.869 matriculados em regime regular de aulas, um campus da saúde da Universidade Federal do Ceará (UFC), um campus do Instituto Federal de Educação (IFCE), entre outras instituições de ensino superior privadas. Em termos regionais a UVA não se estende como universidade pública, seus quatro campi estão localizados na cidade de Sobral, entretanto, pode-se encontrar *Campi* do IFCE em diversos municípios como Acaraú, Camocim, Tianguá, Ubajara, Baturité, Canindé, Guaramiranga, Itapipoca, Paracuru e Umirim; um campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Itapipoca e Crateus, e em 2018 foi aprovada a Universidade Federal da Ibiapaba, deixando evidente a demanda progressiva já assinalada por profissionais qualificados nas mais diversas áreas do conhecimento.

Neste sentido, essa Universidade precisa manter-se competente para atender aos segmentos educacionais e sociais aos quais representa, e deste modo, permanecer contribuindo com o desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e cultural da região, e por outro lado, permanecer atrativa para milhares de jovens que pleiteiam semestralmente ingressar em um curso superior.

Essa instituição é tributária da qualidade dos profissionais que concluem semestralmente seus cursos precisando de educação continuada, consoante o que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior [...] e para a formação continuada”.<sup>7</sup> Sem contar que está entre “suas obrigações” consoante assinala a Lei

<sup>5</sup> Para números demográficos de 2018 consultar estimativas do IBGE por municípios. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

<sup>6</sup> Referente ao Censo demográfico de 2010. *IBGE Cidades*. Sobral. Censo Demográfico 2010. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

<sup>7</sup> “§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.” BRASIL, Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação.

de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/1996 no seu “Capítulo IV – Da Educação Superior”, artigo 43, parágrafo

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; (BRASIL, 2017, p.33).

Por sua vez, o Curso de História vem buscando superar-se em conformidade com essas requisições, procurando aperfeiçoar sua estrutura técnica e de produção do conhecimento histórico. Para tanto, tem empenhado esforços para à adequação de seu corpo de docentes, todos doutores e boa parte de pós-doutores com pesquisas que refletem a realidade histórica e cultural desse território em sua maioria, e por sua vez, reflete o que no currículo oficial é denominado de história do Brasil. Bem como tem se empenhado na ampliação das políticas de ingresso e permanência dos estudantes, participando de programas de iniciação à docência e de iniciação científica (aos quais retornaremos mais adiante). Além de, no espírito de “suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional” assinalado no texto da LDB acima citado, permanece em contato com os egressos convidando-os para relatarem suas experiências de ensino e pesquisa em “mesas redondas” nas Semanas de História e em outros momentos oportunos, ou, a refletirem em forma de artigos publicados em coletâneas organizadas por professores do Curso.<sup>8</sup>

## METODOLOGIA

Para essa proposição buscou-se investigar os Projetos Políticos Pedagógicos do Curso, as produções de pesquisas publicadas de docentes egressos do curso ou que atuaram/atua na escola básica, fez-se uma busca nas produções de disciplinas relacionadas às práticas educativas, às metodologias, aos estágios, em arquivos de laboratórios do Curso, em documentos oficiais que estão em correspondência com o governo do Estado. Igualmente importante foi a legislação educacional e as reflexões teóricas que refletem memória, história e a produção historiográfica em consonância com a renovação historiográfica das últimas décadas no Brasil, nomeadamente após a ditadura civil-militar, considerando que a formação mais qualificada dos professores se reporta a esse período, somando-se a renovação didático-pedagógica e legal da educação básica. E assim, foi levado em consideração recomendações de historiadores como (SARLO, 2007, p. 23-44) considerando que não posso deixar de me colocar

---

Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 17 mar. 2019.

<sup>8</sup> Publicações docente-discente do curso de História: SALES, Bessa Telma; ARAÚJO, Allana. *Sobral: outros olhares, outras memórias, outras histórias*. Sobral: edições ECOA, 2012. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.) *Cidades visíveis – aspectos históricos e culturais*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013; SILVEIRA, Edvanir M. da; SILVA, João T. (Orgs.) *A ditadura civil-militar em Sobral – aliança, “subversão” e repressão*. Sobral-CE: Edições UVA/SertãoCult, 2017; *Nas Trilhas dos sertões – escritos de cultura e política no interior do Ceará*. Sobral: Edições UVA/SertãoCult. Coletânea em 4 volumes.

como parte desse processo educacional, uma vez que também sou egressa e professora do Curso.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim, temos efetivado esforços para organizar obras que trabalhem mais objetivamente o Ensino de História, razão pela qual lançou-se recentemente uma coletânea com artigos de professores dessa e de outras IES,<sup>9</sup> e estamos em fase de organização de outro número, sendo que este refletirá problemas observados em escolas de ensino fundamental e médio através dos Estágios Curriculares Obrigatórios.

Essas coletâneas procuram cogitar e aferir as produções acadêmicas que contemplam as pesquisas individuais de docentes do curso e de outros profissionais com quem conseguimos dialogar, bem como de egressos pós-graduandos ou pós-graduados, e até mesmo de graduandos, estes últimos, como resultado de projetos desenvolvidos no decorrer dos semestres letivos orientados pelos professores a partir de alguma demanda específica, atendendo assim o que recomenda a LDB: “[...] promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação”. (BRASIL, 2017, p.32).

É bem verdade que sem financiamento público essa produção acadêmica fica circunscrita aos esforços individuais, limitando bastante a divulgação e circulação dos trabalhos, no entanto, trata-se de socorrer “uma economia intelectual”<sup>10</sup> em agonia, digamos assim, à qual para não se perder nem ficar totalmente no anonimato, têm-se procurado divulgá-la e preservá-la dessa maneira.

Trata-se também de sobreviver a uma “troca desigual” ou a um “mercado historiográfico desigual”, parafraseando Ginzburg (1991), quando refletia a propósito do potencial que a Itália possuía de produção historiográfica, contudo, em desvantagem se comparada à tradição francesa, numa perspectiva de indicar novos parâmetros para a escrita da história no século XX, quando considerava “uma extraordinária riqueza” material e imaterial de fontes históricas que esse país possuía quando destacou que “a Itália inteira pode ser considerada – e tem-no sido – um imenso arquivo.” (GINZBURG, 1991, p. 170).

Por outro lado, trata-se de “decolonizar”<sup>11</sup> o conhecimento produzido no Brasil, porque embora que circunscrita, essa produção que acontece financiada pelos próprios interessados e talvez lida apenas por eles, cogita reconhecimento em relação à produção historiográfica do

<sup>9</sup> SILVEIRA, Edvanir Maia; SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de; LEAL, Tito Barros (Orgs.) *História e Ensino* – fontes, métodos e temas. Sobral: Edições UVA/SertãoCult, 2018.

<sup>10</sup> Referimo-nos a BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: Elementos Para Uma Teoria do Campo Político. In: \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>11</sup> “O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. [...], mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da idéia de raça.” (TORRES, 2007; *apud* OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 18).

país e do mundo. No entanto, em meio a um conhecimento que se encontra colonizado porque segundo Torres:

[...] a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno [...] se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. (TORRES, 2007 *apud* Oliveira; Candau, 2010, p. 18).

Nessa perspectiva é que também foi criada em 2009 a Revista Historiar, revista eletrônica do Curso de História de publicação semestral, à qual possui atualmente a classificação Qualis 3.<sup>12</sup> Este periódico, igualmente objetiva à divulgação das pesquisas de docentes egressos ou não do curso que atuam na educação dessa região, que estão realizando suas pós-graduações ou as realizaram em Fortaleza ou noutros estados brasileiros e que precisam divulgá-las. Mas sobretudo, objetiva um diálogo interdisciplinar, intercultural e interinstitucional, pois pesquisadores de diversas instituições têm contribuído com seus temas, tendo como referência neste sentido, além das tendências historiográficas refletidas na graduação e pós-graduação *lato sensu* que mantemos, os preceitos defendidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), que orienta às escolas a direcionarem seus currículos para uma interlocução entre as áreas de conhecimentos, quando defende citando Nicolescu que “a disciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade são as quatro flechas de um único e mesmo arco: o do conhecimento.” (Nicolescu 2000, p. 17 *apud* BRASIL, 2013, p. 28).

Ainda que estes sejam parâmetros para a educação básica e que colocados dessa forma não refletem a complexidade paradigmática que representam na prática, não podemos esquecer que um dos principais espaços de experimentação do que se apreende na universidade é a sala de aula da escola básica.

Tais possibilidades podem ser observadas na organização curricular adotada pelo Curso, à qual reflete criticamente às requisições que chegam de profissionais que precisam de base teórica e metodológica para relacionarem suas práticas com documentos e espaços de produção cultural que excedam o livro didático e a sala de aula. Outrossim, para lidar com “temas” que “atravessam” o currículo escolar como: “meio ambiente e saúde”; “trabalho e consumo”; “gênero”; “ética”; “pluralidade e educação sexual”; possibilidades que se tornaram pilares de uma educação que se pretende democrática.

Nesse sentido é que adotou-se disciplinas como: “História e Interdisciplinaridade”; “Prática 1 – Educação Patrimonial”; “Prática II – Museologia”; “Estágio Supervisionado I – Ação Educativa em Museus”; “Prática III – Oficina de Instrumentos Didáticos”; “Estágio supervisionado II – Ação Educativa em Arquivos”; “Prática IV – Prática de História e Novas Tecnologias”; e como optativas: “História oral e memória”, “Cultura e cidade”; História e Patrimônio Industrial, História e Literatura, História e Gênero.

<sup>12</sup> A Revista Historiar pode ser encontrada no endereço eletrônico: <<http://www.uvanet.br/historiar/index.php/1/index>>.

Importante esclarecer que nossa proposta curricular está em fase de aperfeiçoamento, como devem estar todos os cursos de História pós LDB/1996, sendo que, as reformas curriculares acontecem a cada 4 anos proporcionando autoavaliação e reflexão crítica sobre a conjuntura educacional e historiográfica, em consonância também com o princípio defendido pela Associação Nacional de História (ANPUH) no que respeita “[...] a formação integral do historiador, entendendo que a articulação do eixo ensino-pesquisa-extensão é fundamental neste processo, o que, por sua vez, incide diretamente na necessária indissociabilidade entre licenciatura e bacharelado.”<sup>13</sup>

Voltando à produção historiográfica dos docentes e egressos do Curso, esta pode ser percebida não apenas nas coleções já ressaltadas ou no periódico, mas também na produção de livros didáticos os quais sistematizam uma interpretação da história local até então dispersa nas obras de memorialistas, por sua vez, atendendo as demandas de muitas prefeituras dessa região.<sup>14</sup> Neste sentido, citamos o último lançamento ocorrido no Centro de Ciências Humanas em 2017 do livro didático: “Historiando Camocim. Componente Curricular: História Local” – organizado pelos professores: Carlos Augusto Pereira dos Santos (doutor em História-UFPE e docente do Curso) e Gleiciane Freitas (Mestre em História - UECE e professora da Educação básica do município de Cruz-CE.), ambos egressos do Curso de História.

Tendo em vista essas produções e outras vindouras passamos a orientar nossas pesquisas de iniciação científica, iniciação à docência, de conclusão de Curso e outras de iniciativa individual ou coletivas em eixos temáticos que respondem a essas requisições e que estão por sua vez, em interlocução com paradigmas historiográficos aceitos pela comunidade acadêmica do Brasil e do mundo. Dessa maneira podemos citar as seguintes linhas de pesquisas: 1 - Ensino de História, Cultura Escolar e Políticas educacionais; 2 - Cultura, memória e linguagens; 3 - História e gêneros; 4 - Escravidão e etnias, 5 - Cidade, cultura e poder, as quais orientam os seguintes grupos de Estudos/Pesquisa: 1- Educação, política e ensinos: Interdisciplinaridade, transversalidade e diversidade (GEPEN); 2 - História, cidade e outras artes; 3 - História oral e memória; 4 - História social e memória; 5 - História e cultura política; 6 - Grupo de estudos em residualidade antigo-medieval (GERAM); 7 - Cidade, cultura e poder.

## RESULTADOS

No que concerne ao compromisso com a reconstituição da memória histórica, empregamos algumas diligências para sua solução, porquanto, criamos o Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS 2001 e o Laboratório de Ensino e Aprendizagem de História (LEAH) inaugurado em 2010. Já as produções do campo da memória visual, audiovisual e oral, as quais têm sido convertidas em documentos (entrevistas orais e audiovisuais, fotografias) e em documentários audiovisuais<sup>15</sup>, acontecem em parceria com o Laboratório das Memórias e das Práticas

<sup>13</sup> HISTÓRIA, Associação Nacional de. *Diretrizes Curriculares dos Cursos de História*. Disponível em: <[http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=19](http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=19)>. Acesso em 17 mar. 2019.

<sup>14</sup> Está no prelo um livro de História do município de Uruoca sob a autoria dos professores Carlos A. P. dos Santos, Raimundo Nonato R. de Souza e José Osmar Fonteles, conforme demanda da Prefeitura Municipal.

<sup>15</sup> Vídeos produzidos pelo curso de História: *A vida entre tecidos, fios e nós* (2011); *Sou mulher; A música fala por eles* (2015); *Eu quero ver* (2016); *Nosso suor sagrado*(2014). [www.plataforma.vimeo](http://www.plataforma.vimeo)

Cotidianas (LABOME) vinculado ao Curso de Ciências Sociais que acolhe e apoia essa arte oral, visual e audiovisual realizada por docentes e discentes do Curso de História e de outros cursos da UVA. O Labome colabora não apenas com sua condição técnica: equipamentos, transcrições e arquivamento, como também com sua divulgação através do Visualidades, projeto compreendido como “um programa de extensão que envolve atividades de formação e divulgação científica de trabalhos de pesquisa que expressem com suporte visual os seus resultados.”<sup>16</sup>.

As parcerias interinstitucionais, interculturais e interdisciplinares<sup>17</sup> também acontecem com as ações educativas em museus e educação patrimonial. Trata-se de um evento que ocorre semestralmente através das disciplinas de Museologia, reunindo a cada edição entre 17 e 22 grupos que apresentam pequenos núcleos expositivos de temas de livre escolha, os quais os estudantes são levados a elaborar ao longo de um ano e que correspondem aos trabalhos expostos. Hoje em sua 17ª edição resulta da avaliação conjunta de que a ação disciplinar deve sair dos muros restritivos da academia e que o esforço empregado na apresentação de trabalhos em equipe ao final de cada semestre merece ser visto e visitado. Já a disciplina de Educação Patrimonial por sua vez apresenta um produto distinto. Objetiva a produção de documentários importantes que formam um rico acervo audiovisual sobre a região e o que se pode compreender como Patrimônio identitário para as várias comunidades e locais do perímetro de influência da IES. Desde 2012 foram produzidos mais de cem destes documentários que estão sendo selecionados para serem incorporados ao acervo do LEAH. Atividades desta natureza são pautadas no princípio de que a educação deve se apropriar das linguagens sociais e dos meios de comunicação de modo dinâmico, e levar o conhecimento da forma mais naturalizada e acessível possível.

Outra experiência que repercute o esforço que se tem realizado objetivando o aperfeiçoamento dos formandos em suas relações interculturais e interinstitucionais são os programas de iniciação científica e de iniciação à docência promovidos pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando é importante salientar nossa participação nesses programas que qualificam o trabalho educativo tanto de egressos em exercício de suas funções (PIBID e Residência Pedagógica), como de nosso corpo discente, e por sua vez, de nosso corpo docente. Dentre estes projetos que potencializam os estudos da graduação regular, citamos os mais expressivos: o Programa de Educação Tutorial (PET), já assinalado acima, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) aprovado em 2012 com o Subprojeto: “História, Ensino e Valores” atuando em diferentes escolas por cinco anos consecutivos, e o

<sup>16</sup> *Visualidades*: apresentação. Disponível em: <[http://www.uvanet.br/hotsite\\_visualidades/](http://www.uvanet.br/hotsite_visualidades/)>. Acesso em 13 mar. 2019.

<sup>17</sup> A primeira foi: *Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco*, publicado em 2010. A segunda, SANTANA, Antonia Neide Costa; FERREIRA, Diocleide Lima; SILVEIRA, Edvanir Maia da (Orgs.) *Espaço, Cultura e Memória: integrando visões da cidade*. 1 ed. E-book. Fortaleza: Eduece, 2016. O grupo reúne pesquisadores dos cursos de Ciências Sociais, História e Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), desenvolvendo trabalho em parceria com laboratórios e núcleos de pesquisa vinculados a esses cursos da UVA e também à Universidade Estadual do Ceará (UECE).

mais recente Programa Institucional de Residência Pedagógica CAPES/2018 com o Subprojeto: “Leitura Histórica e Crítica das Palavras” que envolve 24 estudantes (residentes), 3 preceptores, professores da escola básica, e um professor orientador.

Esses projetos são de grande relevância para o Curso em razão da quantidade de bolsas que são colocadas à disposição dos estudantes e por contemplarem professores egressos do curso, mas especialmente pela oportunidade de oportunizarem trabalhar ensino, pesquisa e extensão. Assim, esses programas colocam alunos e professores em campo perscrutando o ensino-aprendizagem, a aplicação das políticas educacionais, a relação da escola com a sociedade, as maneiras de como os problemas sociais são tratados neste espaço, e, ainda oportunizam com suas “propostas de intervenção”, uma extensão de nossos trabalhos, e neste sentido, em uma perspectiva mesmo otimista, oportunizam o protagonismo dos futuros professores na renovação da educação básica, sendo que, em menor escala, este último exercício, vem sendo realizado nas ações educativas e estagiárias, acima assinaladas.

Para a emergência de um programa de pós-graduação o curso de História em parceria com a Pró-Reitoria de Educação Continuada-UVA tem ofertado desde 2007 cursos de especialização (*lato sensu*) que alternam ora em História do Brasil, ora em Ensino de História do Ceará, ora em Teoria e Metodologia da História, atendendo a pleitos que nos chegam dos egressos e de outros profissionais.<sup>18</sup>

No entanto, as investigações que temos concretizado com os estudantes através dos Estágios Curriculares Obrigatórios, e em estágios não obrigatórios como (o PIBID e o Programa Residência pedagógica), os quais contemplam escolas de Ensino Fundamental e Médio situadas nesse território, revelam um corpo docente de Especialistas em História do Brasil, Ensino de História do Ceará ou Teoria e Metodologia da História, ou na área pedagógica, quando destaca-se o curso de psicopedagogia ofertado nessa IES e em outras instituições que atuam no setor educacional privado, nessa região. Também, têm-se observado uns poucos com formação *stricto sensu*, majoritariamente com título de mestre, mas nota-se alguns doutores. Porém, entre os especialistas, grande parte já conseguiu efetivar mais de uma formação *lato sensu*, denotando, pode-se concluir, a necessidade de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em História.

Um caso emblemático é o de uma professora<sup>19</sup> que entrevistamos para uma atividade do subprojeto de História do Programa Residência Pedagógica, à qual conseguiu realizar nos seus 20 anos de carreira: três especializações, uma na área de História, outra em Pedagogia, outra em Filosofia, sendo que concluiu licenciatura em História e em Pedagogia.

---

<sup>18</sup> Conforme uma demanda espontânea que surge entre uma oferta e outra, o Curso de História tem assegurado três cursos formadores de especialistas (*lato sensu*) conforme inventário da Pró-reitora de Educação Continuada, isso ocorre desde 2007 quando o curso iniciou-se nesse processo de formação continuada, não publica. 124 professores já realizaram pós-graduação em um ou em outro curso. Pró-Reitoria de educação continuada-uva. Quantitativo de Alunos que Concluíram Especialização em História. Sobral, jan. 2018, p. 1.

<sup>19</sup> Professora de Ensino Médio de uma das escolas “núcleo” do Subprojeto de História do Programa de Residência Pedagógica CAPES/UVA, escola situada no município de Sobral. Como o objetivo da entrevista não foi compor este escopo, fizemos a opção de não divulgar o nome da professora nesta referência. Entrevista realizada em dez. 2018. Entrevistador: Maria Antonia Veiga Adrião.



Importante lembrar que, os mestres e doutores encontrados atuando na escola básica e no próprio Curso de História (afinal, metade do corpo docente graduou-se pelo curso) deslocaram-se para Fortaleza, submetendo seus projetos aos programas de Pós-Graduação em História Social ou em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC); aos programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ou os submetem a outros programas de pós-graduação de outros centros do Nordeste como Recife, Teresina, João Pessoa, Natal. Mas igualmente temos egressos que concluíram na Federal Fluminense (UFF), na Federal do Rio de Janeiro UFRJ), na Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS), na Federal de Minas Gerais (UFMG), na Federal de Uberlândia (UFU), na Pontifícia Católica de São Paulo (PUC), na Estadual de Campinas (UNICAMP), entre outras IES. Em 2019 mais dois egressos estão se deslocando para realizarem mestrado e doutorado em História. O primeiro na Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o segundo, na Federal de Pernambuco (UFPE).

Não precisamos enfatizar que essas possibilidades têm colaborado com a migração de muitos desses profissionais para atuarem em outros municípios do Estado do Ceará e de outros estados brasileiros.

Michael Young<sup>20</sup> em artigo publicado no Brasil em 2007, crítico inglês de uma educação e de um currículo “instrumentalistas”, perguntava: “para que servem as escolas?”, quando refletia sobre as tensões políticas e educacionais que permeavam o currículo escolar inglês, oportunidade em que este autor assinalou que o currículo representa interesses econômicos representativos dos grupos dominantes, e portanto, é para ser percebido como campo de disputas políticas e educacionais. Estas são questões que servem aos problemas educacionais brasileiros, inclusive, percebidos na proposta da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9.394/1996), e nos desdobramentos que a seguiram com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Não obstante, circunstâncias que foram notadas igualmente na mais recente publicação curricular brasileira: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (PEREIRA; RODRIGUES, 2018) e no uso político discricionário que foi feito de seus parâmetros iniciais, porque passou por três versões até ser publicada, sendo que cada variante representou, pode-se dizer, uma fase política do estado brasileiro, ou uma fase política governamental.

Voltando a Young e a questão colocada: “pra que servem as escolas?”, respondemos com outra interrogação: para que servem as escolas de pós-graduação, ou, os programas de pós-graduação? E respondendo com esse autor “[...] se pretendemos conferir qualquer significado sério à importância da educação em uma sociedade do conhecimento, precisamos fazer do conhecimento nossa preocupação central [...]” (YOUNG, 2011, p. 396).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores moradores dessas regiões do Ceará que concluem uma graduação e uma especialização, ao que deixam dito, fariam em seguida um mestrado e até um doutorado, todavia, o esforço que esses professores lotados na escola básica precisam fazer para alcançar

---

<sup>20</sup> YOUNG, Michael. Para que servem as escolas. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf3>>. Acesso em fev. 2019.

tais propósitos, beira a desumanização, iniciando pelo seu desenraizamento temporário, seguido pelo enfrentamento burocrático para o afastamento de suas funções. Um programa de pós-graduação em História mais próximo colaboraria com esses desígnios, bem como, estimularia a Universidade e por sua vez, o Curso de História a ampliarem esforços no sentido de se fazerem segundo o Art. 43 da LDB sobre “A educação superior” e sua finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; [...]

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 2017, p.32-33).

Deste modo, para fortalecer esse quadro de docentes da escola básica, e para ampliar o diálogo interinstitucional, e em conformidade com as obrigações políticas, pedagógicas e sociais desta IES e por consequência do Curso de História, é que nos candidatamos a aderir ao Mestrado Profissional em Ensino de História ofertado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.<sup>21</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. *Resolução n. 2 de 1 de julho de 2015*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 17 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Senado Federal do. LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília:, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 09 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A Representação Política: Elementos Para Uma Teoria do Campo Político. In: \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

---

<sup>21</sup> O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), oferecido em rede nacional, é um programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC). Liderado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, com o objetivo de dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. ProfHistória. Disponível em: <https://profhistoria.ufrj.br/>. Acesso em fev. 2019.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. *A Micro-História e outros ensaios*. Trad. Ayala Monteiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 169-178.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *BNCC e o Passado Prático: Temporalidades e Produção de Identidades no Ensino de História*. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 26, n.107, P. 1-18, 3 de set. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https%3A%2F%2Fepaa.asu.edu%2Ffoj%2Farticle%2Fview%2F3494%2F2119&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNEe8bfTB3FqGCHFmCWPHU9BRa2N4w>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil*. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2019

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: \_\_\_\_\_. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 23-44.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf3>>. Acesso em fev. 2019.